

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: dezembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

O chanceler do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/12/2009.....	4
Nova proposta de georreferenciamento na Amazônia Legal –Sítio Eletrônico do MDA - 04/12/2009	5
Treze teses para entender o MST – Zander Navarro – Folha de São Paulo – Brasil – 05/12/2009	6
As duas novas reformas agrárias – Plínio de Arruda Sampaio – Folha de São Paulo – Brasil – 05/12/2009	9
Com medidas inconstitucionais, ruralistas tentam barrar novos índices de produtividade – Sítio eletrônico do MST – 07/12/2009	11
Governo vai comandar CPI do MST – Carol Pires – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2009	12
SEM-TERRA INVADEM SEDE DO INCRA EM SP – Folha de São Paulo – Brasil – 10/12/2009	13
SENADOR DO PMDB VAI PRESIDIR CPI DO MST – Folha de São Paulo – Brasil – 10/12/2009	13
Lula deixa para 2011 multa a desmatadores ilegais – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009.....	14
CPI do MST é instalada, e ruralistas pedem quebra de sigilo de entidades – Evandro Éboli - O Globo – O País – 10/12/2009	14
Eis a CPI contra a Reforma Agrária – Carlos Bandeira – Sítio Eletrônico do MST 10/12/2009	15
Peraci destaca importância da Lei da Alimentação Escolar – Sítio eletrônico do MDA - 10/12/2009	17
Tesouro perderá R\$ 10 bi com anistia a desmatador – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009.....	18
Conheça os inimigos da Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 15/12/2009....	19
MST acusa PM de violência em invasão em SP – Folha de São Paulo – Brasil – 16/12/2009	23
Ruralistas passam lei na Câmara – Folha de São Paulo – Ciência – 17/12/2009.....	23
Ruralistas tomam Agenda ambiental – Denise Madueño- Estado de São Paulo – Nacional – 20/12/2009	23
Aversão ao MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 24/12/2009	25
MST invade fazendade4mil hectares em SP – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 28/12/2009	26
Duas visões sobre os índices de produtividade – Sítio eletrônico do MST – 28/12/2009	27

Aumenta a presença do capital estrangeiro no campo – Sítio eletrônico do MST – 29/12/2009	29
Terra deve continuar em alta no longo prazo - Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 29/12/2009	31

O chanceler do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/12/2009

O Brasil pode juntar-se à França, maior defensora dos subsídios pagos a agricultores europeus, e à Líbia, país governado pelo coronel Muammar Kadafi, para propor um plano de regulação do mercado internacional de alimentos. Esse novo grande passo da diplomacia econômica brasileira está sendo ensaiado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Gustavo Cassel, conhecido pela generosa distribuição de dinheiro a grupos vinculados ao MST, mas não pela competência em assuntos ligados à produção e ao comércio de produtos agrícolas.

Mas as qualificações técnicas do ministro são apenas um detalhe nessa história. A quem compete, no governo brasileiro, discutir e negociar acordos internacionais de política agrícola?

Segundo o ministro da Agricultura da França, Bruno le Maire, seu país e o Brasil propõem a formação de estoques regionais de alimentos e a limitação da compra de terras por estrangeiros nos países em desenvolvimento.

Os estoques deverão servir, segundo a proposta, para conter as oscilações de preços e para garantir a segurança alimentar dos pobres.

O ministro Cassel afirmou haver uma “agenda comum” Brasil-França e não uma proposta conjunta, segundo informou o jornal *Valor* nessa quarta-feira. Mas a “agenda comum” envolve um acordo sobre questões importantes, como indica uma declaração do ministro incluída na reportagem: “Concordamos em que não dá só para estimular a agricultura, mas precisamos de um equilíbrio fundiário, de regular a compra de terras por estrangeiros, sobretudo na África, além de um compromisso financeiro firme e estável com os organismos da área.” O principal organismo é a FAO.

A conversa sobre esses pontos ocorreu na conferência sobre segurança alimentar, em Roma, no mês passado. A ideia de limitar as compras de terras por estrangeiros foi apresentada por Kadafi. Os países ricos, segundo ele, estão criando um “novo feudalismo” e usurpando direitos dos africanos.

Algo parecido ocorrerá na América Latina, afirmou.

Diplomatas brasileiros ouvidos em Genebra negaram ter informações sobre a ação conjunta do Brasil e da França. Se eles não sabem, mas o ministro Cassel confirma a “agenda comum”, há algo estranho na condução da política externa brasileira. De acordo com Cassel, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu colega francês Nicolas Sarkozy falaram sobre o assunto em Paris, antes da conferência de Roma.

Lula, no entanto, não mencionou essa iniciativa em seus pronunciamentos, durante a reunião de cúpula, embora tenha falado sobre muitos assuntos e apresentado soluções para boa parte dos problemas da humanidade.

A “agenda comum” não é a primeira intromissão do Ministério do Desenvolvimento Agrário na diplomacia comercial.

Algo semelhante ocorreu, de forma igualmente desastrosa, na conferência ministerial da OMC em Hong Kong, em 2005. Nesse encontro, funcionários daquele Ministério apoiaram a manobra da Índia e de outros países em desenvolvimento em favor da adoção de salvaguardas especiais para a chamada pequena agricultura.

No fundo, tratava-se de criar mais um instrumento protecionista – obviamente contra os interesses do Brasil, um dos maiores e mais eficientes produtores agrícolas. O Itamaraty acabou, sem contrapartida para o País, entrando nessa conversa.

Também não interessa à agricultura brasileira uma regulação do mercado com base em estoques reguladores – principalmente se esses estoques forem formados à custa dos grandes produtores. Se os europeus querem mesmo ajudar as ex-colônias

africanas, podem fazê-lo, em primeiro lugar, eliminando subsídios e barreiras.

O Brasil tem batalhado por isso na Rodada Doha, mas o ministro Cassel parece desprezar esse dado. Nessa segunda-feira, o ministro Le Maire voltou a defender a preservação da política agrícola europeia.

Os europeus poderão ajudar os africanos também de outras formas – como tem feito o Brasil, por meio da transferência de tecnologia.

Já a proposta de regras internacionais para a compra de terras não tem o mínimo sentido.

A regulação desse tipo de negócio cabe a cada país. O Brasil não tem de se meter nas decisões dos africanos nem de aceitar intromissões em sua política de terras.

Nova proposta de georreferenciamento na Amazônia Legal –Sítio Eletrônico do MDA - 04/12/2009

A Comissão Organizadora do II Salão Nacional dos Territórios Rurais divulgou, no último dia 7, as 145 Boas Práticas Territoriais que estarão no encontro que reunirá iniciativas de apoio a agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável do meio rural brasileiro, entre 22 e 25 de março, em Brasília (DF). Dentre as iniciativas contempladas na seleção, 74,5% estão vinculadas a 108 Territórios Rurais apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Desde a abertura das inscrições, em outubro do ano passado, foram inscritas 394 experiências de 157 Territórios Rurais. Todos os estados, mais o Distrito Federal, enviaram suas boas práticas. "O resultado foi positivo, pois demonstrou entusiasmo dos atores sociais dos territórios em dar visibilidade às suas ações", avaliou Berenice Silva, membro da Comissão Organizadora do II Salão.

Na primeira edição do evento, em 2006, 90 Boas Práticas Territoriais foram apresentadas. "Esse número também foi considerado alto, pois foi durante a fase inicial da estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil", afirmou Berenice Silva.

A escolha das boas práticas para esta segunda edição foi feita por 27 especialistas em desenvolvimento rural convidados para compor a Comissão de Seleção, que avaliaram as experiências realizadas nas áreas de Fortalecimento da Gestão Social, e das Redes Sociais de Cooperação, Dinamização Econômica, Articulação de Políticas Públicas, Sustentabilidade Ambiental, Comunicação e Informação, Cultura e Identidade e Segurança Alimentar.

O secretário da SDT/MDA, Humberto Oliveira, destacou o papel desempenhado pelos especialistas, "que conduziram de forma transparente o processo seletivo, buscando experiências que pudessem ser aplicadas em outros territórios visando o desenvolvimento sustentável no Brasil Rural".

Para valorizar as propostas apresentadas pelos territórios, a Comissão do II Salão

definiu que, além das 145 Boas Práticas Territoriais escolhidas para se apresentar no II Salão, as outras 249 experiências territoriais inscritas e que não atenderam ao conjunto de critérios estabelecidos na Chamada Pública também vão ganhar visibilidade no evento.

"Se elas foram definidas pelo público dos territórios, certamente existe uma prática inovadora e nós queremos publicar todas", garantiu Oliveira. De acordo com ele, todas elas serão organizadas em um catálogo de Boas Práticas Territoriais que será disponibilizado no II Salão e servirá de divulgação para a ação de governo em futuros eventos nacionais e internacionais.

Veja em anexo a lista completa das Boas Práticas selecionadas.

Treze teses para entender o MST – Zander Navarro – Folha de São Paulo – Brasil – 05/12/2009

ZANDER
ESPECIAL PARA A FOLHA

NAVARRO

ENREDADO em laranjais, desmatamentos ilegais, a ameaça de uma CPI e infundáveis ações, muitas conduzidas sob impressionante primarismo político, talvez seja oportuno um sucinto balanço sobre o MST, um quarto de século após a sua fundação. Como estudo a organização antes mesmo de ser formada, em 1984, ofereço algumas teses para aqueles que têm interesse nos processos sociais rurais e, particularmente, curiosidade sobre o movimento.

★

Sobre a sua natureza: não obstante o nome, o MST deixou de ser um movimento social há muitos anos, pois logo se estruturou como uma organização, centralizada no essencial (as formas de luta política e as principais bandeiras), mas descentralizada no varejo, ou seja, liberando a criatividade local. Sociologicamente, movimentos sociais supõem algum grau de espontaneidade na ação e uma liderança flexível, o que o MST não apresenta desde os anos 80. Já as organizações, entre outros aspectos, criam carreiras, e atualmente o Movimento mobiliza centenas de militantes que não sabem desenvolver outra atividade, senão a agitação social. Os "tempos do MST": a organização nasceu, de fato, na segunda metade dos anos 90, quando passou a frequentar a agenda nacional. Antes era sulista e menos conhecida. Na mesma época, alterou o seu mecanismo principal de financiamento, até então provido pela generosidade de igrejas europeias, pois descobriu os furos das burras do Estado, com o início do processo de reforma agrária e a constituição do MDA, entre outras fontes estatais, das quais extrai os fundos, via entidades fantasia. Mas continua recebendo recursos externos. A chance perdida: a "Marcha a Brasília", em

abril de 1997, foi o único momento em que uma organização popular encurralou o governo de Fernando Henrique Cardoso, forçado a receber os sem-terra no Planalto. Seria o momento ideal da institucionalização, pois foi o auge da influência e do prestígio do MST. Poderia se transformar em agremiação sindical dos mais pobres do campo.

Seus líderes, contudo, preferiram a semiclandestinidadade, contra uma sociedade que afirmava, cada vez mais, a sua natureza democrática. Sem surpresa, desde então os impasses se multiplicaram, pois esta esquizofrenia política não teria como prosperar. As alianças na sociedade: cresceram no final da década passada, mas vêm estiolando nos anos recentes. Parece que a população foi cansando de tantas estrepolias não democráticas. Nascido no campo petista, onde está firmemente enraizado, mesmo o PT parece enfasiado com uma organização autoritária que perdeu a sua razão de existência e atira a esmo, enfraquecida porque não tem mais uma agenda própria. Atualmente, apoiam-no setores do catolicismo radical, pequenos grupos em universidades públicas, notadamente cientistas sociais, algumas facções partidárias e, especialmente, estudantes. Demanda social pela reforma agrária: embora voz isolada, sustento que não existe mais demanda significativa, em quase nenhuma região, que justifique um programa nacional de reforma agrária. Quando muito projetos regionais teriam alguma inteligibilidade, como no Nordeste, por exemplo. É preciso ter a coragem de mudar tudo nesta área, sob pena de manter um surrealismo institucional que desperdiça recursos públicos acintosamente, pois movido unicamente pela inércia e o corporativismo. Ilusões públicas: o tamanho aparente do MST é muito maior do que a sua expressão real, sendo esta uma de suas armas decisivas para se manter à tona. Usando aliados e espaços da sociedade, amplifica fatos menores e eventos sem expressão, sugerindo ter uma força desmedida. Estrangeiros se confundem com esta paralaxe política, e no exterior se lê com frequência a risível afirmação sobre o "maior movimento social do planeta".

Não apenas parece maior do que é, mas o MST tem, na realidade, reduzido sua capacidade de recrutamento e mobilização. Se observadas criteriosamente, as ocupações de terra e outras ações têm diminuído, em número e tamanho. Fosse viável apurar, se concluiria, além disto, que a maior parte daqueles que nelas participam não são sem-terra, mas assentados e seus familiares, recrutados frequentemente sob formas variadas de intimidação.

O poder da propaganda: no melhor estilo "agit-prop" dos antigos partidos comunistas, o MST se apropriou de parte da sociedade civil, a quem domina e usa os recursos a seu favor.

Como é uma "organização dos pobres", somente uma minoria contesta o autoritarismo do movimento, desgostosos com posturas que algumas vezes beiram o protofascismo. Existindo um fio capilar que perpassa o MST, o campo petista e, mais genericamente, "a esquerda", poucos confrontam aqueles comportamentos, temendo a represália política. O entrave principal: o MST não se moderniza porque é preso à visão neolítica de seu dirigente maior, que é, de fato, o dono da organização, para usar um termo apropriado, embora deselegante. Egresso do antigo MR-8, nos anos 70, o leninismo de João Pedro Stédile é que tem impedido o MST de se tornar um ator social relevante. Formou à sua volta uma claque cuja lealdade cultua seu líder e não admite dissidentes. Que o diga José Rainha, o dirigente que afrontou Stédile e acabou exilado no Pontal do Paranapanema, juntamente com o seu MST do B. "Demonização do MST": são tolas as afirmações sobre iniciativas que supostamente

pretenderiam criminalizar a organização. É certo que há setores do empresariado rural que gostariam de liquidar o MST, refletindo sua histórica truculência, mas são irrelevantes em sua expressão social. Denúncias sobre criminalização soam ridículas, em face dos inúmeros atos de óbvia ilicitude. O argumento ignora a democratização e seus imperativos, sendo um absurdo lógico. Ou almejamos uma democracia sob a qual os preceitos legais não valeriam para alguns? O maior desafio: qual a legitimidade do MST? Ninguém sabe, embora tantas vezes arvorem sua existência. Seus supostos líderes foram escolhidos quando e por quem? E sob qual espaço público, como seria esperado em uma sociedade democrática? Sem legitimação, por que se curvar às suas imposições? Qual é a base social do movimento, alguém saberia dizer? Aqueles que seguem suas ações, militantes ou simpatizantes, fazem-no voluntariamente, porque acreditam no MST, ou porque não têm outra escolha, pois recrutados em assentamentos sob seu domínio, onde controla recursos (públicos) e seleciona politicamente os assentados? A grande pergunta: é um enigma que as autoridades não exijam a institucionalização do MST. Sobrevivendo primordialmente dos fundos públicos, o Estado tem o direito, senão o dever, de impor tal exigência. Os requerimentos da transparência e publicização são repetidos monotonamente para todos os outros atores políticos, mas, estranhamente, ao movimento é permitido permanecer alheio à mesma institucionalidade. Se integrado, seriam legítimos seus líderes e as reivindicações, e suas disputas sociais se tornariam parte do ordenamento democrático, obtendo alguma tolerância pública. Se o movimento se recusa a esta mudança, preso a um bizarro fetiche ideológico de origem, somente o governo poderá impô-la, bastando ameaçar o acesso aos fundos públicos. A vitória principal: na realidade, não tem sido manter viva a reforma agrária, ainda que sob crescente esgarçar. A maior vitória do MST é essencialmente política. Qual seja, mudar a correlação de forças no campo, o que é evidenciado por fato incontornável: não existe hoje nenhuma propriedade rural protegida, caso o MST decida conquistá-la. Com a democratização, a Justiça se tornou mais compreensiva e mesmo a repressão policial foi abrandada, deixando de registrar a inominável violência do passado. Sob tais condições, a organização conquista o imóvel que ambiciona. A ironia, contudo, é que esta virada vem ocorrendo quando a demanda pelo acesso à terra desaba em todos os rincões rurais, erodida pela urbanização. Uma vitória pírrica, pois quando finalmente viável, a reforma agrária estancou, já que os interessados debandaram. E o futuro? O MST se defronta hoje com o seu ocaso e tem apenas um caminho à sua frente. Qual seja, a sua institucionalização, organizando-se a favor do desenvolvimento rural e privilegiando os mais pobres das áreas rurais. Mantendo-se como é atualmente, apenas acentua sua lenta agonia, ainda que tantos cientistas sociais ingênuos propaguem manifestações de inacreditável desconhecimento sobre o mundo rural brasileiro. Nascido para defender a reforma agrária, esta viu passar o seu tempo histórico. Avançou o que foi possível, mas encontra em nossos dias os seus limites de necessidade. Ainda sem sucesso, o MST tem procurado afirmar uma nova agenda ("ódio à ciência, ódio à agricultura moderna, ódio ao empresariado rural"), em nítido desespero demonstrado por tantas iniciativas delirantes, seja por se manter sob um não democrático anacronismo organizacional, seja por defender uma ideologia antimoderna. Se persistir neste rumo, apenas apressará o seu desaparecimento.

ZANDER NAVARRO, 58, mestre e doutor em sociologia, é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador visitante do Instituto de

Estudos sobre o Desenvolvimento da Universidade de Sussex (Inglaterra). Atualmente integra a Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As duas novas reformas agrárias – Plínio de Arruda Sampaio – Folha de São Paulo – Brasil – 05/12/2009

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO ESPECIAL PARA A FOLHA

REFORMA-SE algo que não está funcionando a contento. Altera-se então a forma de alguma coisa, sem alterar sua substância. Por isso mesmo, uma mesma coisa pode ser reformada várias vezes. Com a estrutura agrária acontece exatamente o mesmo. Todas as vezes em que ela emperra a realização do projeto de algum grupo social importante, esse grupo propõe uma reforma agrária. Na época moderna, o motivo principal das reformas agrárias foi a rigidez da estrutura agrária herdada da Idade Média porque impedia o pleno funcionamento do mercado capitalista e das instituições capitalistas no campo. De modo geral, essas reformas agrárias foram distributivistas -promoviam a desapropriação de grandes latifúndios e seu parcelamento em lotes familiares. Nos anos 50 do século passado foi esse tipo de reforma agrária que entrou na agenda política do país, proposta apresentada pelas demais forças progressistas, racionalizada pela Cepal, sob o argumento do atraso do setor agrícola e dos seus efeitos no processo inflacionário, e incorporada pelos governos que "compraram" a ideia do presidente Kennedy, o qual viu a possibilidade de evitar a propagação da Revolução Cubana num processo moderado de distribuição das terras dos latifúndios latino-americanos. A proposta de reforma agrária deu ensejo a um intenso debate teórico em torno do problema da terra. O golpe de 1964 encerrou o debate, o qual só foi reaberto 20 anos depois, agora sustentado por novas organizações populares e novos partidos de esquerda. Muitos intelectuais -inclusive os que hoje a renegam- encarregaram-se de justificá-la teoricamente. Não se tratava mais da reforma de 1964, porque os militares, nos seus 20 anos de governo, haviam realizado a modernização do campo sem distribuição massiva de terra, porém a um preço social e ecológico altíssimo. Tratava-se de corrigir essas distorções. Portanto, tratava-se agora de reforma agrária social, destinada a humanizar o capitalismo agrícola e a preservar o meio ambiente. Hoje o governo Lula praticamente enterrou esse tipo de reforma agrária. Por isso os movimentos populares foram levados a radicalizar sua pressão sobre a terra. Além das ocupações, promoveram marchas, fechamento de estradas, danificação de pedágios e, ultimamente, danificação de instalações e plantações de propriedade de grandes agronegócios. Em uma sociedade anestesiada, incapaz de sensibilizar-se por argumentos racionais, que se move unicamente pressionada por gestos ostensivos, tais atitudes se justificam pelo estado de necessidade, pois não há outra forma de chamar a atenção para o descaso criminoso do governo com a população rural. Qual a leitura a ser feita então a respeito de fatos como a derrubada de laranjais da fazenda Cutrale; a danificação das mudas de transgênicos na Syngenta; a ocupação dos latifúndios do banqueiro Dantas no Pará?

Esses e outros gestos publicitários visam bloquear um processo de reforma agrária atualmente em plena marcha e, ao mesmo tempo, propor um projeto alternativo de reforma. O processo de reforma a ser bloqueado está sendo executado aceleradamente. Origina-se na contrarrevolução neoliberal dos anos 90 e na nova divisão internacional do trabalho que dela decorreu. Essa nova divisão alterou o lugar da economia brasileira no mercado capitalista internacional e isto está a exigir a transformação rápida da sua atual estrutura agrária, a fim de que os grandes agronegócios internacionais montem uma formidável economia exportadora de quatro produtos altamente demandados pelas economias que lideram a nova fase do capitalismo -soja, álcool de cana de açúcar, carne e madeiras. O grande capital internacional assumiu por conta própria a realização dessa reforma e a está implementando, mediante a compra de terras e de empresas agrícolas, de que é exemplo a compra da Usina Santa Elisa pelo grupo Dreiffyus. Por ação e por omissão, o governo Lula apoia entusiasticamente essa nova reforma agrária. Por omissão, quando paralisa o raquítico programa de assentamentos da "reforma agrária social"; por ação: quando edita leis que permitem legalizar 67 milhões de hectares de terras griladas na Amazônia, a fim de que os grileiros (convertidos em proprietários legais) as vendam aos grandes agronegócios para produção de soja e para criação de gado nessas terras; quando realiza pesados investimentos na transposição das águas do rio São Francisco, a fim de criar uma economia exportadora de frutas tropicais, comandada pelos grandes agronegócios e destinada a países do hemisfério norte; quando prorroga a entrada em vigor de leis que protegem as florestas. Requisito indispensável para o êxito dessa reforma agrária dos ricos é calar os movimentos sociais do campo, especialmente aquele que, aqui e no exterior, simboliza a luta da população pobre pela terra: o MST. O capital transnacional não vai aonde pode correr riscos. O serviço que os intelectuais hoje dedicados a desmoralizar o MST prestam a essa nova reforma agrária consiste em fornecer argumentos pseudamente racionais para justificar a criminalização desse movimento. A outra reforma agrária -a dos movimentos autênticos do campo e das forças sociais progressistas- visa contrarrestar a reforma concentradora dos agronegócios e atender às necessidades de 6 milhões de famílias pobres do campo. Trata-se de consolidar a agricultura familiar -que responde tanto pela maior porcentagem da produção de alimentos quanto da oferta de empregos no campo e de desapropriar todos os imóveis de tamanho superior a 1.000 hectares, a fim de redistribuir essas terras à população rural sem terra. O MST e a CPT (órgão da CNBB) levantaram essa bandeira, cabendo às forças progressistas que ainda restam na nação empunhá-la e levá-la adiante. A estrutura agrária que se formará nesse processo criará a base material requerida para viabilizar um rigoroso processo de zoneamento agroecológico da produção e um programa de descentralização do abastecimento alimentar da população. A prioridade que deverá ser dada a esses objetivos não é incompatível com o aproveitamento da demanda externa pelas "commodities" agrícolas porque o país possui uma enorme quantidade de terras. Os desertores da reforma agrária, que hoje se ocupam de intrigar a opinião pública contra o MST, não conseguem separar o fato social do movimento político: o MST é um movimento político socialista que, diante do fato social representado pelo conflito fundiário, organiza a luta de uma das partes do conflito -a população rural sem terra- do mesmíssimo modo que a CNA; a bancada ruralista; os partidos da direita; a grande

mídia (com matérias escandalosamente facciosas); e os intelectuais a serviço desses interesses organizam a luta da outra parte no conflito: o agronegócio. Para que o debate sobre as duas reformas agrárias seja racional, é preciso pôr de lado a impostura da imparcialidade. Este analista toma partido -está do lado dos sem-terra- e é deste ponto de vista que interpreta racionalmente a realidade do campo. Quem diz não estar de lado nenhum, mas do lado do Brasil, não está dizendo a verdade: o Brasil não tem lado no conflito agrário, porque é impossível realizar uma reforma que atenda ao mesmo tempo quem quer a concentração e quem quer a desconcentração da propriedade rural. Contudo há uma crítica a ser feita à ocupação da fazenda da Cutrale. Segundo a empresa, os ocupantes destruíram 7.000 pés de laranja. Erraram: deviam ter destruído 70 mil (o que nem seria muito notado numa fazenda de 1 milhão de pés) a fim de chamar mais a atenção para o fato de que essa fazenda ocupa ilegalmente terras públicas com a conivência do Poder Judiciário. Muito mais do que 70 mil são as vidas de crianças estão sendo destruídas pelo desemprego agrícola; pelos salários escandalosamente baixos dos trabalhadores rurais; pela precariedade das habitações rurais -fonte de doenças que destroem vidas. O MST está certíssimo na sua tática de luta. Só lhe falta proclamar com maior vigor e clareza a cumplicidade de Lula na reforma agrária do agronegócio e cobrar mais apoio dos partidos de esquerda, das igrejas, da universidade, dos ecologistas (que precisam sair de cima do muro e assumir a luta camponesa), bem como exigir do Poder Judiciário e do Ministério Público, cujos juízes e promotores permitem o protelamento indefinido ações de desapropriação e não fiscalizam as violências policiais cometidas contra os lavradores nas reintegrações de posse, o cumprimento de suas obrigações. O MST deve cobrar: a população rural é credora e não devedora.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, 79, é presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e ex-consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Foi deputado federal constituinte pelo PT-SP e candidato a governador de São Paulo pelo mesmo partido em 1990. Em 2005, filiou-se ao PSOL, partido pelo qual concorreu ao governo de São Paulo em 2006.

Com medidas inconstitucionais, ruralistas tentam barrar novos índices de produtividade – Sítio eletrônico do MST – 07/12/2009

A Constituição brasileira prevê a atualização dos índices de produtividade da terra. Apesar dos avanços tecnológicos para o setor, o índice é o mesmo há 30 anos. Pressionado por movimentos que lutam pelo acesso à terra, o governo prometeu a atualização e a resposta dos setores conservadores é tentar impedir que esta medida seja efetivada.

Na semana passada, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) conseguiu colocar na pauta de votações do plenário do Senado Federal um projeto para que a aprovação do

índice seja feita pelo Congresso Nacional, e não pelo Poder Executivo. O projeto pode ir à votação na semana que vem.

O diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Osvaldo Russo, diz que projeto semelhante foi proposto pelo deputado federal Valdir Colatto (PMDB-SC), onde as decisões sobre desapropriações de terras também passariam para o Congresso Nacional. Russo avalia os projetos.

“A Constituição estabelece a função social da propriedade e diz que cabe ao poder executivo estabelecer as regras para instalação da reforma agrária, incluindo os decretos de desapropriação. Isto faz com que os projetos da Kátia Abreu e do Valdir Colatto tentem substituir o poder executivo.”

Para Russo, ambos os projetos tem a mesma finalidade.

“É travar e reforma agrária, não permitir que se tenha nenhuma reforma agrária, por menor que seja, no Brasil. Isto é uma contra-ofensiva do setor reacionário, representado por seus interesses no Congresso Nacional – Kátia Abreu é presidente do CNA.

Governo vai comandar CPI do MST – Carol Pires – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2009

Para neutralizar o impacto eleitoral da CPI do MST, o governo pôs no comando da comissão parlamentares fiéis a sua orientação.

Criada para investigar supostos repasses ilegais de dinheiro da União para o Movimento Sem-Terra (MST), a comissão elegeu ontem o senador Almeida Lima (PMDB-SE) para a presidência das investigações.

Para o estratégico cargo de relator, foi eleito o deputado Jilmar Tatto (PT-SP), que foi secretário de Transportes na Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy. Com o fim apenas duas semanas para o início do recesso legislativo, as investigações, mesmo sob o controle da base governista, devem ficar para 2010, quando haverá eleições para a Câmara e para 2/3 do Senado.

Na próxima reunião, marcada para quarta-feira, Tatto deverá apresentar seu plano de trabalho, com previsão de depoimentos, audiências e provável término da comissão. Almeida Lima rejeitou a possibilidade de trabalhar durante o recesso.

“Merecemos férias”, disse. O deputado Dr. Rosinha (PTPR) também admitiu que, além do recesso parlamentar, a eleição deverá prejudicar as investigações.

“Vai esvaziar em função da campanha eleitoral. Terá um ímpeto até maio e depois, com as convenções partidárias, começa a baixar os ânimos”, avaliou.

Mista, a comissão contará com 36 integrantes – 18 deputados e 18 senadores, dos quais a maioria faz parte da base governista.

Diferentemente de outras comissões, contudo, o grupo não está dividido apenas entre governo e oposição, uma vez que muitos parlamentares do PMDB, da base de apoio ao governo, é da bancada ruralista.

SINTONIA

As discussões durante a reunião de instalação da CPI do MST foram contidas, mas algumas manifestações foram o mote de um debate ao longo das investigações.

Por isso a ordem do Planalto para que os escolhidos fossem sintonizados com suas orientações.

Enquanto o deputado Moreira Mendes (PPS-RO), vice-presidente da Frente Parlamentar Ruralista, defendeu a investigação dos repasses do governo para o MST, parlamentares da base aliada, como Manuela D'Ávila (PCdo B-RS) pediram a apuração de todos os contratos agrários do governo, incluindo as entidades patronais, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), também autora do pedido de criação da CPI. “Não podemos criminalizar os movimentos sociais”, disse Manuela.

“Não é uma CPI do MST, mas uma comissão para investigar contratos agrários entre entidades. Quando a oposição se deu conta da CPI que pediu, era tarde demais para recuar. Viram que não é possível investigar só o MST”, afirmou Dr. Rosinha.

“Nosso cuidado será ficar dentro do objeto da CPI. O objeto fala de irregularidades no campo, tanto do sem terra quanto dos ruralistas.

Vale tudo”, resumiu o relator Jilmar Tatto.

Autor do pedido de investigação, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) será o vice-presidente.

SEM-TERRA INVADEM SEDE DO INCRA EM SP – Folha de São Paulo – Brasil – 10/12/2009

Cerca de 150 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra invadiram ontem a sede do Incra em Iaras (SP), onde fica uma fazenda da Cutrale depredada em outubro. O MST disse que seu objetivo é cobrar o assentamento de 450 famílias que estão acampadas nas regiões de Iaras e Agudos. O ato de ontem foi pacífico. Não há previsão de data para que as famílias deixem o local.

SENADOR DO PMDB VAI PRESIDIR CPI DO MST – Folha de São Paulo – Brasil – 10/12/2009

A comissão instalada ontem é composta por 18 senadores e 18 deputados. Ela tem como presidente Almeida Lima (SE) e como relator o deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Ambos são da base aliada a Lula. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), da oposição, é o vice-presidente. Os governistas são maioria, mas entre eles há aliados a ruralistas. A CPI só deve trabalhar em fevereiro, após o recesso.

Lula deixa para 2011 multa a desmatadores ilegais – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 10/12/2009

Governo proporrá mudanças no Código Florestal depois da cúpula de Copenhague

Vantagens para fazendeiro que desmatou a mais repor sua floresta serão menores quanto mais recente for a derrubada, prevê decreto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu adiar mais uma vez -e para depois das eleições presidenciais de 2010- a cobrança de multas aos proprietários rurais que não registrarem a área de reserva legal das propriedades nem se comprometerem a compensar a área desmatada. As multas diárias de até R\$ 500 por hectare só deverão ser aplicadas no final de 2011, segundo os prazos previstos em texto discutido na noite de ontem por Lula e ministros, segundo apurou a **Folha**. O artigo do decreto que trata das multas entrará em vigor em 11 de junho de 2011 e, a partir disso, o proprietário autuado pela fiscalização terá mais 120 dias para legalizar a sua situação. A assinatura do novo decreto, com estímulos ao enquadramento dos proprietários rurais, ocorrerá hoje. Também ficou acertado ontem que o governo proporrá mudanças no Código Florestal. Mas as mudanças só serão encaminhadas ao Congresso depois que o presidente voltar da conferência de Copenhague. De acordo com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), mais de 90% dos proprietários rurais do país não registraram a área de reserva legal, na qual deveriam preservar a vegetação nativa. A reserva legal varia de 20% a 80% das propriedades, dependendo da região do país. Além de adiar novamente a punição aos proprietários rurais que descumpriram a lei, o novo decreto do governo oferece alternativas à simples recomposição de área desmatada acima dos limites legais. Uma das alternativas é a doação em dinheiro do proprietário rural a unidades de conservação ainda pendentes de regularização fundiária, de forma a que os gestores dessas áreas de conservação possam indenizar eventuais ocupantes. Outra possibilidade aberta pelo decreto é a aquisição de cotas de reserva florestal emitidas por quem detém área extra de vegetação nativa. O decreto prevê ainda a chance de compensar a área desmatada por meio de arrendamento de área preservada na mesma microbacia hidrográfica. Nem todos os proprietários terão acesso às alternativas. Isso dependerá da data do abate das árvores: quanto mais recente, menores as vantagens.

CPI do MST é instalada, e ruralistas pedem quebra de sigilo de entidades – Evandro Éboli - O Globo – O País – 10/12/2009

De uma só vez, foram 22 requerimentos, inclusive convocando ministros
BRASÍLIA. A CPI mista do MST foi instalada ontem, e os ruralistas já apresentaram uma lista de convocações de ministros do governo Lula e requerimentos

de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de entidades ligadas ao Movimento dos Sem Terra. Deputados ligados ao setor apresentaram 22 requerimentos, que pedem também explicações do Palácio do Planalto sobre encontro do presidente Lula com líderes do MST.

O governo terá o comando da CPI com a indicação do deputado Jilmar Tatto (PT-SP) para relator e do senador Almeida Lima (PMDB-SE) para presidente.

Mas, mesmo com o comando, o governo não terá garantia de controlar a maioria da comissão.

Muitos parlamentares de partidos que apoiam o Palácio do Planalto são grandes fazendeiros e mantêm ligações com entidades como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). No papel, a vantagem do governo é larga: 25 governistas contra 12 da oposição.

O deputado Moreira Mendes (PPS-RO) é autor de 17 dos 22 requerimentos apresentados ontem, que terão que ser aprovados pela CPI. Ele quer convocar os ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), Tarso Genro (Justiça) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), além do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, e do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Os ruralistas querem investigar, entre outras entidades, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária (Concrab), ambas do MST. Os governistas se reunirão nos próximos dias para avaliar que entidades patronais pretendem investigar.

No primeiro dia de CPI, os parlamentares marcaram suas posições. O senador Gilberto Goelner (DEM-MT), ruralista, disse que o MST “queima a imagem do Brasil no exterior”. Já o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) afirmou que não se pode criminalizar qualquer entidade ou movimento social sem analisar as provas. O vice-presidente da CPI, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), disse que há um acordo para que o trabalhos sejam realizados sem radicalismos: — É evidente que vai haver um confronto político e ideológico, mas de forma serena.

Almeida Lima disse que as investigações deverão ficar para o ano que vem

Eis a CPI contra a Reforma Agrária – Carlos Bandeira – Sítio Eletrônico do MST 10/12/2009

A vontade de um grupelho de parlamentares do DEM foi realizada na tarde desta quarta-feira (9/12), com a instalação da CPI contra a Reforma Agrária. O sorridente deputado federal Onyx Lorenzoni conseguiu colocar seus planos em marcha e conquistou a vice-presidência da comissão.

O presidente da comissão será o senador Almeida Lima (PMDB-SE), que indicou o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) para a responsabilidade de fazer o relatório final.

Os demos Katia Abreu e Ronaldo Caiado, parceiros de Lorenzoni no esforço para levantar as assinaturas para instalar uma CPI contra as políticas públicas para

assentamentos, não estavam presentes na primeira sessão. Quem sabe, estivessem dedicados a temas mais importantes para o país.

Os parlamentares que criaram a CPI garantiram em seus pronunciamentos o compromisso com a reforma agrária e que não pretendem criminalizar os movimentos sociais. Tomara que não seja apenas discurso. A CPI da Terra durou três anos e concluiu apenas que ocupação de terra é "crime hediondo" e "atentado terrorista".

Os tópicos para investigação que apareceram na primeira sessão são muitos e de diferentes naturezas.

Há preocupações com o desvio de dinheiro público. Pelo que aparece nos jornais e na televisão há uma semana, o melhor lugar para achar é no Palácio dos Buritis ou na Câmara do Distrito Federal.

Outros querem investigar se as famílias assentadas têm aptidão para trabalhar na terra e se abandonaram o lote. Poderiam investigar também se as famílias expulsas do campo pelo agronegócio têm "aptidão" para morar nas periferias das grandes cidades e enfrentar o caos urbano.

Um deputado quer saber mesmo da "interferência externa" nos movimentos sociais do campo. Não é necessário mesmo investigar a "interferência externa" no território brasileiro das grandes empresas da agricultura, como Monsanto, Cargill, ADM, Dreyfus, Bunge e Syngenta. São todas estrangeiras.

Descobrimos também que ali estavam parlamentares responsáveis pela realização da Reforma Agrária no Paraná, no Mato Grosso e no Piauí. Estranho é que o índice Gini, que mede a concentração de terras, estão na média de 0,8 nesses estados e não variaram substancialmente de 1985 pra cá.

O consenso geral dos parlamentares se encontra na necessidade de o país encontrar, de uma vez por todas, uma solução para a questão agrária.

É um perigo e não pode continuar um bando de sem-terra nas beiras de estradas. O governo não pode reproduzir um modelo de assentamento sem assistência técnica, crédito agrícola e infra-estrutura. As famílias assentadas têm de gerar renda.

Tudo bem. O país precisa de fato assentar as famílias acampadas e implementar um novo modelo de Reforma Agrária. A democratização massiva de latifúndios deve estar casada com um amplo programa de agroindústrias, gerando renda para os trabalhadores rurais.

No primeiro round, os discursos foram bem bonitos. No entanto, até agora não apareceu nenhum requerimento no sentido da resolução dos problemas apontados.

Só quebra de sigilo das entidades sociais que atuam em assentamentos.

Peraci destaca importância da Lei da Alimentação Escolar – Sítio eletrônico do MDA - 10/12/2009

A Comissão Organizadora do II Salão Nacional dos Territórios Rurais divulgou, no último dia 7, as 145 Boas Práticas Territoriais que estarão no encontro que reunirá iniciativas de apoio a agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável do meio rural brasileiro, entre 22 e 25 de março, em Brasília (DF). Dentre as iniciativas contempladas na seleção, 74,5% estão vinculadas a 108 Territórios Rurais apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Desde a abertura das inscrições, em outubro do ano passado, foram inscritas 394 experiências de 157 Territórios Rurais. Todos os estados, mais o Distrito Federal, enviaram suas boas práticas. "O resultado foi positivo, pois demonstrou entusiasmo dos atores sociais dos territórios em dar visibilidade às suas ações", avaliou Berenice Silva, membro da Comissão Organizadora do II Salão.

Na primeira edição do evento, em 2006, 90 Boas Práticas Territoriais foram apresentadas. "Esse número também foi considerado alto, pois foi durante a fase inicial da estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil", afirmou Berenice Silva.

A escolha das boas práticas para esta segunda edição foi feita por 27 especialistas em desenvolvimento rural convidados para compor a Comissão de Seleção, que avaliaram as experiências realizadas nas áreas de Fortalecimento da Gestão Social, e das Redes Sociais de Cooperação, Dinamização Econômica, Articulação de Políticas Públicas, Sustentabilidade Ambiental, Comunicação e Informação, Cultura e Identidade e Segurança Alimentar.

O secretário da SDT/MDA, Humberto Oliveira, destacou o papel desempenhado pelos especialistas, "que conduziram de forma transparente o processo seletivo, buscando experiências que pudessem ser aplicadas em outros territórios visando o desenvolvimento sustentável no Brasil Rural".

Para valorizar as propostas apresentadas pelos territórios, a Comissão do II Salão definiu que, além das 145 Boas Práticas Territoriais escolhidas para se apresentar no II Salão, as outras 249 experiências territoriais inscritas e que não atenderam ao conjunto de critérios estabelecidos na Chamada Pública também vão ganhar visibilidade no evento.

"Se elas foram definidas pelo público dos territórios, certamente existe uma prática inovadora e nós queremos publicar todas", garantiu Oliveira. De acordo com ele, todas elas serão organizadas em um catálogo de Boas Práticas Territoriais que será disponibilizado no II Salão e servirá de divulgação para a ação de governo em futuros eventos nacionais e internacionais.

Veja em anexo a lista completa das Boas Práticas selecionadas.

Meio Ambiente diz que medida não estava prevista em acordo com Agricultura

Decisão foi incluída em programa que também adia punição a produtor rural com desmate ilegal; "Vou pedir para mudar" diz Minc

Além de adiar até 2012 a punição de proprietários rurais que desrespeitaram o limite de corte de vegetação nativa em suas terras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu suspender a cobrança de multas aplicadas aos desmatadores que passarem a cumprir a lei. O valor da anistia é estimado em R\$ 10 bilhões e é similar à despesa anual do Bolsa Família.

O cálculo foi feito com base nas multas aplicadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). O instituto cobra cerca de R\$ 13 bilhões em multas, e a maior parte delas pune desmate ilegal. A anistia faz parte do programa Mais Ambiente, criado por decreto presidencial a ser publicado na edição de hoje do "Diário Oficial da União". O programa é a resposta de Lula à pressão de ruralistas, que resistiam a cumprir a exigência de registro da área de reserva legal de suas propriedades. A reserva varia entre 20% e 80% do tamanho da propriedade, dependendo da região do país. Na Amazônia é de 80%.

As punições deveriam ter entrado em vigor no ano passado. Decreto presidencial já havia adiado o prazo em um ano. Amanhã, o diário oficial dará mais tempo aos ruralistas.

Até junho de 2011, não haverá nenhuma punição. A partir daí, o decreto ainda prevê prazo de até um ano e quatro meses para a notificação dos infratores e a adesão ao programa de regularização. Só depois haverá cobrança de multas diárias de até R\$ 500 por hectare de terra desmatada ilegalmente. A intenção do decreto é abrir caminho para que proprietários de terra do país comecem a cumprir o que diz o Código Florestal, desde 1965. Segundo a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), mais de 90% dos produtores não registraram a reserva legal porque não detêm mais áreas equivalentes de vegetação nativa em suas propriedades.

Os ruralistas pressionavam pelo fim da exigência da reserva legal. O ministro Reinhold Stephanes defendia adiar todo o decreto de punição de crimes ambientais por dois anos. Os ambientalistas resistiam. A decisão final de Lula foi tomada em reunião anteontem à noite.

Verdade

inconveniente

Ontem, ao tomar conhecimento de detalhes do decreto lidos pela assessoria da Casa Civil à Folha, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) reagiu à anistia aos produtores multados. "Se for isso, vou pedir para mudar, o acordo não era esse, isso vai ter de ser corrigido."

Segundo a Casa Civil, ao firmar compromisso de recompor a reserva legal ou compensar o desmatamento, o proprietário rural "terá suspensa a cobrança de multas aplicadas" em várias situações de desmatamento, e não apenas a falta de registro da

reserva legal. Minc defendeu as demais facilidades aos proprietários que aceitem regularizar suas terras. "É desagradável adiar, mas a verdade inconveniente é que não se cumpria a lei no país." Procurado pela Folha, Stephanes disse que só se manifestará após a publicação do decreto.

O combate ao desmatamento responde pela principal parcela da meta de corte das emissões de gases de efeito estufa do país. A meta só aguarda a sanção de Lula para virar lei.

Conheça os inimigos da Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 15/12/2009

Do Jornal Sem Terra

Depois de conseguirem emplacar a CPMI contra a Reforma Agrária, os setores mais conservadores do Congresso Nacional passaram a escalar o seu time de parlamentares. Foram convocados inimigos do povo brasileiro para atuar na CPMI e nos bastidores. Esses parlamentares têm como características o ódio aos movimentos populares e o combate à Reforma Agrária e às lutas sociais no nosso país.

São fazendeiros e empresários rurais, que foram financiados por grandes empresas da agricultura e colocaram seus mandatos a serviço do latifúndio e do agronegócio. Nas costas, carregam denúncias de roubo de terras, desvio de dinheiro público, rejeição à desapropriação de donos de terras com trabalho escravo, utilização de recursos ilícitos para campanha eleitoral, devastação ambiental e tráfico de influência.

Essa CPMI faz parte de uma ofensiva desses parlamentares, que tem mais três frentes no Congresso. Até o fechamento desta edição, os nomes dos parlamentares indicados para a CPMI contra a Reforma Agrária já tinham sido lidos, mas os trabalhos não tinham começado. A CPMI pode se arrastar até junho de 2010. O Jornal Sem Terra deste mês de dezembro (nº 299) apresenta os deputados e senadores que estão na linha de frente na defesa dos interesses da classe dominante rural.

KÁTIA ABREU / Senadora (DEM-TO) / Suplente na CPMI

- Formada em psicologia.
- Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), eleita em 2008 para três anos de mandato. Foi presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (1995-2005).
- Dona de duas fazendas improdutivas que concentram 2.500 hectares de terras.
- Apresentou 23 projetos no Senado e apenas três foram aprovados, mas considerados sem relevância para o país, como a garantia de visita dos avós aos netos.

- Torrou 60% das verbas do seu gabinete com propaganda (R\$ 155.307,37).
- É alvo de ação civil do Ministério Público na Justiça de Tocantins por descumprir o Código Florestal, desrespeitar povos indígenas e violar a Constituição.
- Integrante de quadrilha que tomou 105 mil hectares de 80 famílias de camponeses no município de Campos Lindos (TO). Ela e o irmão receberam 2,4 mil hectares com o golpe contra camponeses, em que pagaram menos de R\$ 8 por hectare.
- Documentos internos da CNA apontam que a entidade bancou ilegalmente despesas da sua campanha ao Senado. A CNA pagou R\$ 650 mil à agência de publicidade da campanha de Kátia Abreu.

RONALDO CAIADO / Deputado Federal (DEM-GO)

- Formado em Medicina.
- Foi fundador e presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR).
- É latifundiário. Proprietário de mais 7.669 hectares de terras.
- Dono de uma fortuna avaliada em mais de R\$ 3 milhões
- Não teve nenhum dos seus 19 projetos aprovados no Congresso.
- É investigado pelo Ministério Público Eleitoral por captação e uso ilícito de recursos para fins eleitorais. Não declarou despesas na prestação de contas e fez vários saques “na boca do caixa” para o pagamento de despesas em dinheiro vivo, num total de quase R\$ 332 mil (28,52% do gasto total da campanha).
- Foi acusado de prática de crimes de racismo, apologia ou instigação ao genocídio por classificar os nordestinos como “superpopulação dos estratos sociais inferiores” e propor um plano para o extermínio: adição à água potável de um remédio que esterilizasse as mulheres.

ABELARDO LUPION / Deputado federal (DEM-PR) / Titular na CPMI

- É empresário e dono de diversas fazendas (três delas em São José dos Pinhais).
- Foi fundador e presidente da União Democrática Ruralista do Paraná.
- É um dos líderes mais truculentos da bancada ruralista na Câmara dos Deputados.
- Faz campanha contra a emenda constitucional que propõe a expropriação de fazendas que utilizam trabalho escravo.
- Apresentou somente cinco projetos no exercício do mandato. Nenhum foi aprovado.
- Sua fortuna totaliza R\$ 3.240.361,21.
- Fez movimentação ilícita de R\$ 4 milhões na conta bancária da mãe do coordenador de campanha. É réu no inquérito nº 1872, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), por crime eleitoral.

- Sofre duas representações por apresentar - em troca de benefícios financeiros – uma emenda para as transnacionais Nortox e Monsanto na Câmara, liberando o herbicida glifosato.
- A Nortox e a Monsanto financiaram a sua campanha em 2002. A Nortox contribuiu com R\$ 50 mil para o caixa de campanha; já a Monsanto vendeu ao parlamentar uma fazenda de 145 alqueires, por um terço do valor de mercado.
- Participou de transação econômica fraudulenta e prejudicial ao patrimônio público da União em intermediação junto à Cooperativa Agropecuária Pratudinho, situada na Bahia, para adquirir 88 máquinas pelo valor de R\$ 3.146.000, das quais ficou com 24.
- Deu para parentes a cota da Câmara dos Deputados, paga com dinheiro público, para seis voos internacionais para Madri e Nova York.

ONYX LORENZONI / Deputado Federal (DEM-RS) / Titular na CPMI

- Formado em medicina veterinária. É empresário.
- Membro da “Bancada da Bala”, defendeu a manutenção da venda de armas de fogo no Brasil durante o referendo do desarmamento.
- Gastou 64,37% da verba do seu gabinete com propaganda (R\$ 230.621
- Campanha financiada por empresas como a Gerdau, Votorantin Celulose, Aracruz Celulose, Klabin e Celulose Nipo.
- Teve apenas um projeto aprovado em todo o seu mandato.

ALVARO DIAS / Senador (PSDB-PR) / Titular na CPMI

- Formado em história. É proprietário rural.
- Foi presidente da CPMI da Terra (2003/2005), que classificou ocupações de terra como “crime hediondo” e “ato terrorista”.
- Não colocou em votação pedidos de quebra de sigilos bancários e fiscais de entidades patronais, que movimentaram mais de R\$ 1 bilhão de recursos públicos. Não convocou fazendeiros envolvidos em ações ilegais de proibição de vistorias pelo Incra.
- Divulga na imprensa de forma ilegal fatos mentirosos sobre dados sigilosos das entidades de apoio às famílias de trabalhadores rurais para desmoralizar a luta pela Reforma Agrária.
- Não declarou R\$ 6 milhões à Justiça Eleitoral em 2006. O montante é referente à venda de uma fazenda em 2002.

LUIS CARLOS HEINZE / Deputado Federal (PP-RS)

- Formado em engenharia agrônoma.
- É latifundiário. Dono de diversas frações de terras, totalizando 1162 hectares.

- Fundador e primeiro-vice-presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (1989-1990).
- Seus bens somam mais de R\$ 1 milhão.
- Nenhum dos seus projetos foi aprovado durante esta legislatura.
- Campanha foi financiada pela fumageira Alliance One, responsável por diversos arrestos irregulares em propriedades de pequenos agricultores.
- Defendeu o assassinato de três fiscais do trabalho em Unaí (MG), declarando que “os caras tiveram que matar um fiscal, de tão acuado que estava esse povo...”, justificando a chacina promovida pelo agronegócio (2008).
- É contra a regularização de terras quilombolas (descendentes de escravos), que representaria, para ele, “mais um entulho para os produtores rurais”.

VALDIR COLATTO / Deputado Federal (PMDB/SC)

- Formado em engenharia agrônoma. Proprietário rural.
- Foi superintendente nacional da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2000-2002).
- Foi superintendente estadual do Incra em Santa Catarina (1985- 1986) e secretário interino da Agricultura de Santa Catarina (1987).
- Desapropriou área de 1.000 hectares para fins desconhecidos na mata nativa quando presidiu o Incra, causando prejuízos de R\$ 200 milhões para o poder público.
- Apresentou projeto que tira do Poder Executivo e do Poder Judiciário e passa para o Congresso a responsabilidade pela desapropriação de terras por descumprimento da função social.
- É contra a demarcação das terras indígenas e quilombolas.
- Autor do projeto que transfere da União para estados e municípios a prerrogativa de fixar o tamanho das áreas de proteção permanente nas margens dos rios e córregos. Com isso, interesses econômicos locais terão maior margem para flexibilizar a legislação ambiental e destruir a natureza.
- É um dos pivôs de supostas irregularidades envolvendo o uso da verba indenizatória na Câmara dos Deputados.

MST acusa PM de violência em invasão em SP – Folha de São Paulo – Brasil – 16/12/2009

Ao menos cem famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foram retiradas ontem de uma fazenda em Americana (128 km de SP) oito horas após invadirem o local. O MST afirma que a Polícia Militar agiu com brutalidade e sem ordem judicial. A PM nega e diz que atuou para garantir a segurança dos funcionários da fazenda. Segundo movimento, pelo menos seis pessoas ficaram feridas, mas sem gravidade. A PM usou bombas de efeito moral e disparou balas de borracha durante a retirada. Foi a quinta vez que a área, usada pela usina Ester desde a década de 1980, foi invadida. O MST alega que a fazenda é do Estado e que foi grilada pela usina. A usina foi procurada ontem, mas não quis comentar o assunto. O Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) informou que a disputa pela propriedade está em trâmite na Justiça. (MAURÍCIO SIMIONATO)

Ruralistas passam lei na Câmara – Folha de São Paulo – Ciência – 17/12/2009

No último dia de trabalho do ano, a Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem um projeto de lei que dá a Estados e municípios autonomia para criar suas próprias leis ambientais. A sessão realizada enquanto Lula e vários ministros estavam em Copenhague, é uma vitória incerta de ruralistas tentando revogar o Código Florestal, legislação que impõe limite ao desmatamento em terras privadas. O PL, aprovado por 317 votos contra apenas 17, segue agora para tramitação no Senado. Se aprovado lá e sancionado pelo presidente -algo em que poucos apostam-, permitiria ao governo de um estado amazônico, por exemplo, aumentar o limite máximo de 20% de desmate. Recentemente Santa Catarina aprovou sua própria lei ambiental, que está sendo contestada no Supremo Tribunal Federal. Além esvaziar o poder do Ibama para fiscalizar o desmatamento em escala nacional, o projeto cria comissões de integrantes do Executivo para arbitrar sobre eventuais conflitos, hoje tarefa cumprida pelo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Ruralistas tomam Agenda ambiental – Denise Madueño- Estado de São Paulo – Nacional – 20/12/2009

Unida acima dos partidos e atuante quando se trata de seus interesses, a bancada ruralista no Congresso deixou de se preocupar apenas com créditos e dívidas do setor agropecuário para buscar o controle das discussões e da legislação sobre os assuntos ambientais do País.

Os ruralistas partiram de seu reduto tradicional, a Comissão de Agricultura da Câmara, ocuparam a Comissão de Meio Ambiente e a comissão especial onde a discussão de florestas, áreas de proteção e licenciamento ambiental entra na ordem do dia.

Para descontentar todos os ambientalistas, além das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, os ruralistas formam maioria na comissão especial do Código Florestal, que trata de áreas de preservação e de reserva legal, aumentando a pressão para adaptar a lei de maneira mais favorável ao setor. Ou seja, os ruralistas têm número suficiente de votos nas comissões para aprovar o texto que quiserem, mesmo ficando sob suspeita de provocar retrocesso na legislação de proteção ambiental.

Eles estão em grande número nos partidos da base, o que atenua um eventual embate com setores ambientalistas do governo. Com o presidente Lula em busca de uma aliança ampla de apoio à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o PT na Câmara evita confronto com os ruralistas.

“Eles são da nossa base de apoio. Como vamos tratá-los como inimigos?”, resumiu o deputado José Genoíno (PT-SP).

Em um primeiro momento, o petista foi responsável por barrar a eleição de um ruralista para presidir a comissão especial do Código Florestal. Depois, chegou a um acordo que isolou o PV e deixou os ambientalistas insatisfeitos.

O presidente eleito foi o ruralista Moacir Micheletto (PMDB-PR) e o relator escolhido, Aldo Rebelo (PC do B-SP), considerado um deputado simpático à causa agropecuária.

Genoíno afirmou que é preciso buscar diálogo e estabelecer os limites do que pode ser negociado, sem ideologização. “A política ambiental não pode ser dirigida pelas ONGs”, afirmou.

Na comissão do Meio Ambiente, os ruralistas trocaram um projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que estava na pauta, mas tinha sido negociado com ambientalistas, para votar um texto preparado com ajuda da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A jogada provocou protestos ruidosos do Greenpeace e a votação acabou adiada. Entidades ambientalistas criticaram o projeto, ressaltando que é a lei que responsabiliza os responsáveis por desmatamento ilegal e desobriga os proprietários de recompor a área de reserva degradada.

“A prioridade número um é fazer o Código Ambiental”, afirmou Valdir Colatto (PMDB-SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

“Se não resolvermos essa questão fundamental, não conseguiremos andar.”

Para Collato, a solução deve ser técnica e científica e não ideológica.

Até agora, os ruralistas têm conseguido também evitar a votação no plenário do projeto que define as competências da União, dos Estados e dos municípios para a concessão de licença ambiental.

Eles discordam do poder da União e do Conselho Nacional do Meio Ambiente previsto na proposta. Defendem a aprovação de uma lei que transfira aos Estados o licenciamento ambiental, como fez Santa Catarina. A decisão estadual, no entanto, enfrenta contestação no Supremo Tribunal Federal (STF).

O líder do PV na Câmara, Edson Duarte (BA), identifica a atuação organizada dos ruralistas em todas as comissões.

“Não passa nada sem ser submetido ao crivo deles”, afirmou. “O meio ambiente se tornou peça fundamental em todas as rodadas de negociação, daí o interesse deles.”

Aquilo que já se sabia, há muito tempo, foi comprovado de maneira irrefutável por pesquisa de opinião: a população brasileira, que ainda acredita nas leis, na Justiça, nas instituições democráticas e nos valores morais da sociedade, repudia o Movimento dos Sem-Terra (MST), não porque é contra qualquer reforma agrária, mas porque não admite seus métodos de atuação. A pesquisa foi encomendada ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para avaliar qual o apoio popular à CPI do MST, instalada no Congresso Nacional para apurar denúncias de irregularidades, praticadas com verbas públicas obtidas por aquele movimento dito social.

Os resultados da pesquisa são estrondosos: 92% da população tem plena consciência da ilegalidade das invasões de propriedades – ou seja, da prática criminosa que há muito tempo vem sendo a principal atividade do Movimento dos Sem-Terra.

Tal dado guarda perfeita coerência com outra informação revelada pela pesquisa: para 85% da população o respeito ao direito de propriedade, assegurado pela Constituição, é essencial para o País. Comprova-se, assim, que, para a esmagadora maioria dos brasileiros, o MST não ajuda – ao contrário, atrapalha – o programa de reforma agrária. Da mesma forma, esse movimento – ao qual os entrevistados associam, primeiro, a palavra “invasão” e, depois, a palavra “violência” – significa para os cidadãos brasileiros prejuízo econômico, social, entrave ao desenvolvimento e aos empregos no meio rural, aos investimentos e à boa imagem do País no exterior.

A pesquisa também demonstra que a população sabe que o objetivo dos líderes desse “movimento social” não é conseguir terras para os que não as possuem – e nelas possam produzir, sobreviver e desenvolver-se –, mas sim o de crescer politicamente, por meio de pressões exercidas contra o governo e os produtores rurais. Também se tem ciência plena de que o governo dá dinheiro (e muito) a tais movimentos, a título de patrocinar programas de ensino e treinamento, e que tais recursos acabam sendo desviados para financiar invasões – geralmente planejadas para serem desencadeadas simultaneamente em diferentes regiões do território nacional.

Para 72% dos entrevistados, o governo deve usar a polícia para retirar os sem-terra das fazendas invadidas e 61% aprovam tais ações mesmo que a repressão gere confrontos e enfrentamentos.

E a maior prova de que a maioria absoluta da população é favorável ao estrito cumprimento da lei é que 69% não concordam com o uso de armas pelos fazendeiros, para defender-se, preferindo que os agentes da segurança pública executem os mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça.

Na verdade os resultados dessa pesquisa não surpreendem.

Apenas refletem o bom senso prevalecente em nossa sociedade. O que causa espanto, isso sim, é a tolerância de governantes, de políticos e de partidos, e até de juristas, diante das ações criminosas de uma entidade clandestina que pratica toda a sorte de violência, que desrespeita não só a propriedade produtiva, mas também as famílias dos trabalhadores do campo – expulsando-as de suas casas, destruindo seus pertences e equipamentos de trabalho – e que pratica toda a sorte de vandalismo sem receber qualquer punição.

Ao contrário, recebe polpudas verbas públicas, por meio de entidades (geralmente cooperativas) “legalizadas”, já que, apesar de estar em atividade há 25 anos, o MST insiste em permanecer sem existência legal, para com isso escapar de qualquer tipo de controle oficial ou social.

A pesquisa Ibope/CNA mostra que o MST não é uma *griffe* atraente e de prestígio. Difícil é imaginar quem quer que considere a possibilidade de obter alguma vantagem associando seu nome a essa entidade, que se utiliza de métodos criminosos para devastar propriedades alheias.

No entanto, apesar do amplo repúdio demonstrado pela população a essa organização, o MST continua contando com o apoio de políticos para sustentá-lo e preservá-lo dos rigores da lei. Trata-se de um caso de grave e irremediável intoxicação ideológica, doença que sempre acomete os inimigos da democracia.

MST invade fazenda de 4 mil hectares em SP – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 28/12/2009

Um grupo com 60 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiu ontem a Fazenda Santa Rosa, em Iacri, a 535 km de São Paulo, na região de Marília, oeste paulista. A propriedade, no distrito de Anápolis, tem mais de 4 mil hectares e, segundo o coordenador do movimento, Luciano de Lima, foi considerada improdutiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O grupo chegou de manhã, em vários carros e um caminhão, e iniciou a montagem dos barracos. A bandeira do MST foi hasteada em um mastro improvisado.

Ossem-terra ocuparam três das oito casas de colonos que, segundo o líder, estavam vazias. A propriedade pertence ao espólio do fazendeiro Eduardo Marques e tem áreas arrendadas para criação de gado e produção de cana.

Policiais militares estiveram na área invadida, acompanhados por herdeiros do fazendeiro falecido. Eles tiraram fotos do local e anotaram as placas dos veículos usados pelos semterra.

Advogados do espólio devem entrar hoje com pedido de reintegração de posse.

De acordo com Lima, a fazenda faz parte de um conjunto de cinco áreas na região já vistoriadas pelo Incra e consideradas improdutivas. Segundo ele, 150 famílias fizeram cadastros e estão em acampamentos, esperando para serem assentadas.

“Queremos que o Incra acelere a desapropriação das terras.”

O grupo coordenado por Lima segue as orientações de José Rainha Júnior, líder do MST da Base, considerado uma dissidência do MST Nacional. Os seguidores de Rainha foram responsáveis por 54 das 68 invasões ocorridas no primeiro semestre no Estado, número que colocou São Paulo na liderança das invasões de terra no País.

Em comparação com o primeiro semestre do ano anterior, as invasões em território paulista cresceram 88,8% este ano, segundo levantamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (Nera), vinculado à Universidade Estadual Paulista (Unesp).

GRILAGEM

O *The New York Times* publicou ontem reportagem em que aborda a grilagem de terras na Amazônia e a tentativa do governo, através da regularização fundiária, de “colocar ordem nesse território sem-lei” e, conseqüentemente, combater o problema do desmatamento. “Pela primeira vez, o governo brasileiro está formalmente estabelecendo quem é o proprietário de dezenas de milhões de acres pela Amazônia, permitindo identificar quem é responsável pela derrubada da mata.”

Eles são colegas de ministério no governo federal, tomam decisões que influenciam diretamente os rumos da produção no campo, mas com frequência mantêm posições antagônicas. Os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, receberam o Canal Rural para duas entrevistas distintas, na qual fizeram um balanço de suas atividades em 2009. Em ambas, ressurgiu a polêmica tentativa de atualização dos índices de produtividade, principal critério para desapropriação de fazendas para reforma agrária. Stephanes defende a abolição do mecanismo. Cassel quer indicadores ainda mais rigorosos. Os índices atuais foram fixados em 1980, com base no censo agropecuário de 1975. A seguir, eles defendem seus pontos de vista no maior conflito entre os dois ministérios no ano que está se encerrando.

DANIELA CASTRO | Brasília

EM LADOS OPOSTOS

“Espero que os índices sejam atualizados o quanto antes”

Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário

Pergunta – Por que os índices de produtividade não foram atualizados neste ano como o senhor queria?

Guilherme Cassel – Eu espero que eles sejam atualizados o quanto antes. Tivemos um conjunto de problemas no final do ano. O ministro da Agricultura tinha restrições e, no meio disso, houve problemas com o MST, que acabou gerando uma CPI. Tudo isso criou um ambiente desfavorável. Espero que, no começo de 2010, a gente consiga encaminhar esse tema de uma vez por todas. Já está cansando todo mundo.

Pergunta – Qual sua avaliação sobre o censo agropecuário do IBGE que divulgou a radiografia dos assentamentos rurais?

Cassel – São resultados que orgulham o país. O censo foi feito depois de 10 anos e mostra que o Brasil tem uma agricultura dinâmica, uma das mais potentes do mundo. Dentro dessa agricultura há dois segmentos. As grandes extensões de terra, produção de soja, cana, a chamada agricultura empresarial. E a agricultura familiar, que nunca teve sua vitalidade medida. O censo mostra uma agricultura familiar muito produtiva. Estamos falando de 4,3 milhões de famílias, que ocupam 24% de toda a área agricultável. A renda gerada na agricultura familiar é de R\$ 677 hectare/ano ante R\$ 358 da agricultura tradicional. Ou seja, é 89% mais produtiva do que a tradicional.

Pergunta – Mas uma pesquisa encomendada pela Confederação da Agricultura indicou exatamente o contrário, que os assentamentos não seriam produtivos.

Cassel – No Brasil, temos discussões sem pé nem cabeça. Um mês após o resultado do censo, feito pelo IBGE durante dois anos e realizado em quase todos os assentamentos, a CNA contratou o Ibope para fazer uma pesquisa a fim de contestar os dados do IBGE. Mas eles foram em apenas nove assentamentos e disso tiraram conclusões. Porém, no Brasil, existem 3,86 mil assentamentos. É o tipo de pesquisa para confundir e não informar. Existem assentamentos que produzem muito e os que são fracos no quesito produção. Assim como existem grandes propriedades que funcionam bem e outras que trabalham mal e produzem pouco

**“Deveríamos abolir os índices de produtividade”
Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura**

Pergunta – O senhor saiu vitorioso na queda de braço com o Ministério do Desenvolvimento Agrário ao conseguir evitar os novos índices de produtividade?

Reinhold Stephanes – Não há ganhador ou perdedor. Tem de haver racionalidade. Não existem índices de produtividade para a atividade humana em nenhum lugar do mundo. Porém, aqui no Brasil temos para a agricultura. A maneira com que os índices foram previstos não tem formulação técnica adequada. Nós utilizamos só espaço e não levamos em conta se há mercado e preço, não dando oportunidade ao produtor de analisar o que é lucrativo ou não. Os critérios não estão corretos. Temos uma questão emblemática: a pressão parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Nós deveríamos abolir a existência desses índices de produtividade.

Pergunta – Por que o decreto adiando a entrada em vigor das novas regras do Código Florestal só saiu no último dia para os produtores se adequarem?

Stephanes – O Ministério da Agricultura não age sozinho. Dependíamos de outras áreas para uma tomada de decisão conjunta do governo. O que se esperava era a mudança de alguns itens do Código Florestal. Como não deu tempo de aprovar uma nova lei, o governo prorrogou o prazo para junho de 2011. Iremos retomar em janeiro as discussões dos principais itens.

Pergunta – Então o governo pode encaminhar ao Congresso, em janeiro, uma proposta de alteração do Código Florestal?

Stephanes – Ainda não sei qual será o instrumento jurídico. Algumas medidas são mais urgentes, como a defesa da permanência do plantio em topo de morro de

encostas e de várzeas nas áreas já consolidadas há 50, cem anos. Também defendo que os produtores de extensões menores possam somar à reserva legal a recomposição de beira de rio. Ainda é importante permitir que os produtores possam, ao reflorestar, plantar 50% dessa área com matas comerciais. Além disso, há a necessidade de compensação fora do Estado ou da bacia, que é o caso típico do Rio Grande do Sul. Por último, é preciso encontrar uma solução para a recuperação das áreas de florestas às beiras de rios e de riachos. Temos de encontrar uma fórmula para contemplar estas questões

Aumenta a presença do capital estrangeiro no campo – Sítio eletrônico do MST – 29/12/2009

29 de dezembro de 2009

Do Valor Econômico

O agronegócio brasileiro tem passado por um profundo processo de "estrangeirização" nos últimos sete anos. De 2002 a 2008, as atividades ligadas ao campo receberam US\$ 46,9 bilhões em investimentos diretos estrangeiros (IED), revela um estudo inédito do Banco Central. O valor equivale a 29,5% do IED total líquido ingressado no país no período, e a maior parte foi empregada na ampliação das operações da agroindústria fornecedora de insumos agropecuários.

O movimento de "internacionalização" das cadeias produtivas nacionais tem respaldo no avanço da concentração da posse da terra em mãos de poucos brasileiros e a atração cada vez maior de estrangeiros para esse tipo de investimento. Nos 11 Estados responsáveis por 90% desses registros, há 1.396 municípios com comunicado oficial de terras compradas por estrangeiros, segundo cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - 124 desses municípios têm metade das áreas de médias e grandes propriedades em nome de estrangeiros. No total, há 3,6 milhões de hectares em mãos estrangeiras nas regiões Sul e Centro-Oeste, além de São Paulo, Minas, Bahia, Pará, Tocantins e Amazonas.

O capital internacional tem buscado, no Brasil, o alto potencial das terras locais para produzir commodities e matérias-primas para biocombustíveis. Mas o dinheiro estrangeiro também mira a valorização dessas terras. As recentes incorporações das usinas da Santelisa Vale pela francesa Louis Dreyfus e do grupo Moema pela americana Bunge reforçam a tendência de consolidação da presença estrangeira. No ano passado, mesmo com a crise financeira global e a queda dos preços das commodities em relação

às máximas pré-debacle, o agronegócio recebeu 20% de todos os IEDs no Brasil. Em 2009, o BC projeta US\$ 25 bilhões de investimentos estrangeiros no país - e o campo deverá absorver entre US\$ 5 bilhões e US\$ 7,5 bilhões do total.

O Incra, responsável pelo controle das informações da posse da terra no país, está preocupado com o avanço estrangeiro. "A terra é um meio de produção finito. Há uma forte disputa pela terra, que foi acirrada pelas crises mundiais de energia e de alimentos", avalia o presidente do Incra, Rolf Hackbart. O estudo do BC aponta que o movimento de "internacionalização" ajudou a elevar a produção doméstica no curto prazo, mas aumentou a concentração agroindustrial e reduziu o valor da produção agrícola no período. "A concentração elevada está associada aos investimentos estrangeiros", diz Hackbart. A solução, segundo ele, seria aprovar regras mais duras de controle sobre a posse dessas terras. "É preciso corrigir a legislação para termos regras para aquisição de terras por estrangeiros. Não é xenofobia, mas a defesa da nossa soberania sobre o uso dessas terras".

O Palácio do Planalto avalia, desde 1997, alterar as regras para restringir o capital estrangeiro na compra de terras. A Advocacia-Geral da União (AGU) deve apresentar nova norma para equiparar empresas nacionais com capital estrangeiro às companhias controladas por acionistas não-residentes no país ou com sede no exterior. Em áreas situadas ao longo da faixa de 150 quilômetros das fronteiras continuará necessária autorização do Conselho de Defesa Nacional para aquisição e arrendamento.

Concentração e desigualdade

O estudo do Banco Central alerta, ainda, que o processo de concentração da produção e das exportações do agronegócio tem contribuído para elevar as diferenças regionais na geração de riqueza. Além disso, o BC afirma que a indústria de insumos tem pressionado para baixo os preços ao produtor. Quanto maior o IED na agroindústria, menor o valor da produção agropecuária. A cada aumento de 1% no IED no segmento, haveria redução de 0,22% na produção, diz o estudo. Isso porque, explica o BC, a concentração agroindustrial, via fusões ou aquisições, eleva o poder das empresas e reduz os ganhos dos produtores.

Na análise do setor, o BC constata que os IEDs direcionam aportes para um grupo reduzido de produtos, como algodão, carnes, soja, óleo, etanol, açúcar e sucos de frutas, cuja participação no comércio internacional é relevante. A avaliação do BC também aponta que o setor ainda é bastante dependente da importação de insumos, como matérias-primas para adubos. Fatores como abundância de terras, competitividade

e produtividade do agronegócio nacional têm atraído cada vez mais investimentos estrangeiros ao país.

Um impacto positivo desse movimento é o desempenho das exportações. O BC calcula que a cada 1% de aumento nas exportações do setor, a produção agrícola cresceria 0,35%. A cada dólar investido na agropecuária, a produção aumenta R\$ 18,90. E a cada dólar exportado, esse valor quase dobra para R\$ 1,80. "Mas isso fortalece a dependência dos produtores brasileiros da produção de commodities para exportação e as estratégias das empresas globais", diz o estudo.

Terra deve continuar em alta no longo prazo - Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 29/12/2009

O crescente interesse de estrangeiros por terras no Brasil tem chamado a atenção de estudiosos de economia agrícola, que buscam explicar as razões do fenômeno e traçar cenários para o futuro e as possíveis consequências desse movimento. Um desses estudiosos é o professor vietnamita Dung Nguyen, da Universidade de Pittsburgh, que pesquisa desenvolvimento rural e economia agrícola e participa do programa Executive MBA Worldwide, da instituição americana, ministrado, simultaneamente, nos Estados Unidos, República Checa e Brasil.

Para o professor, a valorização dos preços das terras para agricultura no Brasil e em outros países está relacionada a vários fatores, e um dos mais importantes foi o aumento dos preços das commodities agrícolas - um movimento que ficou conhecido como inflação dos alimentos -, antes do início da crise financeira global.

Com a demanda crescente, os preços dos alimentos subiram, gerando um potencial benefício para os produtores com perspectivas de melhorar a oferta, explica o professor, em entrevista por telefone. Esse quadro puxou a valorização das terras, já que países que querem garantir sua segurança alimentar começaram a avaliar a possibilidade de encontrar terras em outros lugares para produzir e satisfazer sua demanda doméstica.

Os preços da energia e dos combustíveis também contribuíram para elevar as cotações das terras para agricultura, diz . "Estou certo de que a demanda por biocombustíveis é um componente importante para a alta dos preços", afirma o estudioso.

Ele observa que o preço da terra e de qualquer ativo está relacionado ao potencial ganho do investimento. "Como o preço dos alimentos subiu, como a demanda por etanol aumentou, o preço da terra pode subir e isso explica o investimento nesse tipo de ativo". Há uma percepção, diz, de que o valor da terra pode aumentar no futuro porque a demanda por alimentos vai exceder a oferta e o preço das culturas vão continuar subindo.

O professor de Pittsburgh afirma que a terra, como ativo, tem uma característica muito especial. "A terra não é apenas usada para produzir, mas também é parte dos ativos que interessam a investidores. (...) Mas é um ativo diferente dos outros. Você não pode usar uma ação para produzir nada, mas a terra você pode usar para produzir algo",

acrescenta. Por isso, é um investimento que atrai tanto os interessados em produzir quanto os que buscam um ativo entre outros.

E quem são os investidores que estão de olho nas terras brasileiras? Segundo o pesquisador, são principalmente investidores internacionais, como fundos de investimentos e hedge funds, que consideram as terras um ativo e buscam oportunidades em vários segmentos. "O interesse de um estrangeiro não é tanto de ir para o Brasil para produzir os alimentos, mas sim de investir em terras com a expectativa de que estas sejam valorizadas". E o país é um dos que mais atraem porque, além de vastas áreas de terras, há potencial de valorização com o tempo, acrescenta.

Esse quadro é um pouco diferente do que ocorre na África, onde a agricultura ainda é pouco desenvolvida e falta infraestrutura. "Na África, o interesse de investir seria de alguns países que potencialmente enfrentam a questão da segurança alimentar. Há terras que não são desenvolvidas na África, porque a infraestrutura é ainda muito precária e não há investimento suficiente do governo", afirma. Assim, avalia, essa seria um aposta atraente para aqueles investidores interessados em desenvolver as terras na África, cultivar lá e levar a produção para seus países.

Apesar de enfatizar que não faz previsões, Nguyen afirma que sua percepção é que no curtíssimo prazo as cotações das terras tendem a subir. No médio prazo, podem se estabilizar ou mesmo recuar, mas há fundamentos que indicam valorização num horizonte de tempo mais distante. O pesquisador diz ainda não ver risco de uma bolha no mercado de terras hoje, mas admite que os preços desse ativo refletem um otimismo também existente no mercado de ações.

Definindo a terra como "um ativo muito especial" , o professor de Pittsburgh considera "muito natural" que países cujas terras são alvo de interesse de estrangeiros tomem medidas para limitar esses investimentos. "(...) A terra é um ativo muito especial e está ligada a um sentimento nacional de segurança. A questão da propriedade de terra por estrangeiros tem várias implicações (...) então é natural que os países tomem medidas para proteger a terra".

Assim, afirma, se os governos decidem vender ou alugar terras para investidores estrangeiros certas condições e limitações são necessárias para que essa seja uma política viável. Para ele, além do risco que existe em qualquer tipo de investimento, estrangeiros que aplicam em terras devem estar ciente também dessas limitações.

A questão da aquisição de terras por estrangeiros é um desafio para o Brasil, na análise do pesquisador. Ele observa que uma terra produtiva é atraente para muitos investidores mas ao mesmo tempo há uma grande população local que depende da terra para seu bem-estar. "É um conflito. (...) uma questão que tem de ser vista no contexto do desenvolvimento econômico do país", conclui.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

